

# Contra-Revolução de 1964

Carlos Alberto Brilhante Ustra

12 de outubro de 2010

## Aos que não viveram a Contra-Revolução de 31 de março de 1964

No dia 31 de março de 1964, foi deposto o Presidente da República João Goulart. Uns chamam esse acontecimento de golpe militar, outros de tomada do poder, alguns outros de Revolução de 1964. Eu prefiro considerá-lo como a Contra-Revolução de 31 de março de 1964. Vou-lhes explicar o meu ponto de vista ao longo deste artigo. Espero que, ao final, vocês tenham dados suficientes para julgar se estou certo.

Vocês foram cansativamente informados por seus professores, jornais, rádios, TV e partidos políticos:

- que os militares tomaram o poder dos civis para impedir que reformas moralizantes fossem feitas;

- que, para combater os “generais que usurparam o poder”, os jovens da época uniram-se e lutaram contra a ditadura militar e que muitos deles morreram, foram mutilados, presos e torturados, na luta pela “redemocratização” do País;

- que os militares assim agiram a mando dos Estados Unidos, que temiam o comunismo instalado no Brasil;

- que jovens estudantes, idealistas, embrenharam-se nas matas do Araguaia para lutar contra a ditadura e pela redemocratização do País.

Com quantas inverdades fizeram a cabeça de vocês!

E por que essas mentiras são repetidas até hoje?

Foi a maneira que eles encontraram para tentar justificar a sua luta para implantar um regime do modelo soviético, cubano ou chinês no Brasil.

Por intermédio da mentira, eles deturparam a História e conseguiram o seu intento.

Vocês, que não viveram essa época, acreditam, piamente, no que eles dizem e se revoltam contra os militares. Vamos aos fatos, pois eu vivi e participei dessa época.

Em março de 1964, eu era capitão e comandava uma bateria de canhões anti-aéreos do 1º Grupo de Artilharia Anti-Aérea, em Deodoro, no Rio de Janeiro.

A maioria dos oficiais que serviam no 1º Grupo de Artilharia AAe, entre eles eu, teve uma atitude firme para que o Grupo aderisse à Contra-Revolução.

Eu era um jovem com 31 anos. O País vivia no caos. Greves políticas paralizavam tudo: transportes, escolas, bancos, colégios. Filas eram feitas para as compras de alimentos. A indisciplina nas Forças Armadas era incentivada pelo governo. Revolta dos marinheiros no Rio; revolta dos sargentos em Brasília. Na minha bateria de artilharia, havia um sargento que se ausentava do quartel para fazer propaganda do Partido Comunista, numa kombi, na Central do Brasil.

Isto tudo ocorria, porque o governo João Goulart queria implantar as suas reformas de base à revelia do Congresso Nacional. Pensava, por meio de um ato de força, em fechar o Congresso Nacional com o apoio dos militares “legalistas”.

Vocês devem estar imaginando que estou exagerando para lhes mostrar que a Contra-Revolução era imperativa naqueles dias. Para não me alongar, vou citar o que dizem dois conhecidos comunistas:

- depoimento de Pedro Lobo de Oliveira no livro *A Esquerda Armada no Brasil* – “Muito antes de 1964, já participava na luta revolucionária no Brasil na medida de minhas forças. Creio que desde 1957. Ou melhor, desde 1955”. “Naquela altura, o povo começava a contar com a orientação do Partido Comunista”.

- Jacob Gorender, do PCBR, escreveu no seu livro *Combate nas Trevas*: “Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse”.

Diariamente, eu lia os jornais da época: O Dia, O Globo, Jornal do Brasil, Tribuna da Imprensa, Diário de Notícias, etc... Todos eram unânimes em condenar o governo João Goulart e pediam a sua saída, em nome da manutenção da democracia. Apelavam para o bom senso dos militares e até imploravam a sua intervenção, para que o Brasil não se tornasse mais uma nação comunista.

Eu assistia a tudo aquilo com apreensão. Seria correto agirmos para a queda do governo? Comprei uma Constituição do Brasil e a lia seguidamente. A minha conclusão foi de que os militares estavam certos ao se antecipar ao golpe de Jango.

Às Forças Armadas cabe zelar para a manutenção da lei e da ordem e evitar o caos. Nós não tínhamos que defender o governo; tínhamos que defender a Nação.

O povo foi às ruas com as Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade, no Rio, em São Paulo e em outras cidades do País. Todos pediam o fim do governo João Goulart, antes que fosse tarde demais.

E, assim, aconteceu, em 31 de março de 1964, a nossa Contra-Revolução.

Os jornais da época (Estado de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil; Tribuna da Imprensa e outros) publicaram, no dia 31 de março e nos dias seguintes, editoriais e mais editoriais exaltando a atitude dos militares. Os mesmos jornais que, hoje, combatem a nossa Contra-Revolução.

Os comunistas que pleiteavam a tomada do poder não desanimaram e passaram a insuflar os jovens, para que entrassem numa luta fratricida, pensando que lutavam contra a ditadura. E mentiram tão bem que muitos acreditam nisso até hoje. Na verdade, tudo já se estava organizando. Em 1961, em pleno governo Jânio Quadros, Jover Telles, Francisco Julião e Clodomir dos Santos Moraes estavam em Cuba, acertando cursos de guerrilha e o envio de armas para o Brasil. Logo depois, alguns jovens eram indicados para cursos na China e em Cuba. Bem antes de 1964, a área do Araguaia já estava escolhida pelo PC do B para implantar a guerrilha rural.

Em 1961, estávamos em plena democracia. Então para que eles se organizavam? Julião já treinava as suas Ligas Camponesas nessa época, que eram muito semelhantes ao MST de hoje. Só que sem a organização, o preparo, os recursos, a formação de quadros e a violenta doutrinação marxista dos atuais integrantes do MST.

E foi com essa propaganda mentirosa que eles iludiram muitos jovens e os cooptaram para as suas organizações terroristas.

Então, começou a luta armada.

Foram vários atos terroristas: o atentado ao aeroporto de Guararapes, em Recife, em 1966; a bomba no Quartel General do Exército em São Paulo, em 1968; o atentado contra o consulado americano; o assassinato do industrial Albert Boilesen e do capitão do Exército dos Estados Unidos Charles Rodney Chandler; seqüestros de embaixadores estrangeiros no Brasil

A violência revolucionária se instalou. Assassinatos, ataques a quartéis e a policiais aconteciam com freqüência.

Nessa época, eles introduziram no Brasil a maneira de roubar dinheiro com assaltos a bancos, a carros fortes e a estabelecimentos comerciais. Foram

eles os mestres que ensinaram tais táticas aos bandidos de hoje. Tudo treinado nos cursos de guerrilha em Cuba e na China.

As polícias civil e militar sofriam pesadas baixas e não conseguiam, sozinhas, impor a lei e a ordem.

Acuado, perdendo o controle da situação, o governo decretou o AI-5, pelo qual várias liberdades individuais foram suspensas. Foi um ato arbitrário, mas necessário. A tênue democracia que vivíamos não se podia deixar destruir.

Para combater o terrorismo, o governo criou uma estrutura com a participação dos Centros de Informações da Marinha (CENIMAR), do Exército (CIE) e da Aeronáutica (CISA). Todos atuavam em conjunto, tanto na guerrilha rural quanto na urbana. O Exército, em algumas capitais, criou o seu braço operacional, os Destacamentos de Operações de Informações (DOI). Para trabalharem nos diversos DOI do Brasil, o Exército selecionou, do seu efetivo, alguns majores, capitães e sargentos. Eram, no máximo, 350 militares, entre os 150 mil homens do Exército.

Eu era major, estagiário da Escola de Estado-Maior. Tinha na época 37 anos e servia no II Exército, em São Paulo. Num determinado dia do ano de 1970, fui chamado ao gabinete do comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira, que me deu a seguinte ordem: “Major, o senhor foi designado para comandar o DOI/CODI/II Ex. Vá, assuma e comande com dignidade”.

A partir desse dia, minha vida mudou. O DOI de São Paulo era o maior do País e era nesse Estado que as organizações terroristas estavam mais atuantes. O seu efetivo em pessoal era de 400 homens. Destes, 40 eram do Exército, sendo 10 oficiais, 25 sargentos e 5 cabos. No restante, eram excelentes policiais civis e militares do Estado de São Paulo. Esses foram dias terríveis! Nós recebíamos ameaças freqüentemente.

Minha mulher foi de uma coragem e de uma abnegação totais. Quando minha filha mais velha completou 3 anos de idade, ela foi para o jardim da infância, sempre acompanhada de seguranças. Minha mulher não tinha coragem de permanecer em casa, enquanto nossa filha estudava. Ela ficava dentro de um carro, na porta da escola, com um revólver na bolsa.

Não somente nós passamos por isso! Essa foi a vida dos militares que foram designados para combater o terrorismo, para que o restante do nosso Exército trabalhasse tranqüilo e em paz.

Apreendemos em “aparelhos” os estatutos de, praticamente, todas as organizações terroristas e, em todos eles, estava escrito, de maneira bem

clara, que o objetivo da luta armada urbana e rural era a implantação de um regime comunista em nosso País.

Aos poucos, o nosso trabalho foi-se tornando eficaz e as organizações terroristas foram praticamente extintas, por volta de 1975.

Todos os terroristas, quando eram interrogados na Justiça, alegavam que nada tinham feito e só haviam confessado os seus crimes por terem sido torturados. Tal alegação lhes valia a absolvição ou diminuição da pena no Superior Tribunal Militar. Então, nós passamos a ser os “torturadores”.

Hoje, como participar de seqüestros, de assaltos, assassinatos e de atos de terrorismo passou a contar pontos positivos para os seus currículos, eles, posando de heróis, de defensores da democracia, admitem ter participado das ações. Quase todos continuam dizendo que foram torturados e perseguidos politicamente. Com isso recebem indenizações milionárias e ocupam elevados cargos públicos. Nós continuamos a ser seus “torturadores” e somos os verdadeiros perseguidos políticos. As vítimas do terrorismo, até hoje, não foram indenizadas.

O Brasil teve, até agora, 119 mortos identificados, que foram assassinados por terroristas, 43 eram civis que estavam em seus locais de trabalho (estima-se que existam mais cerca de 80 que não foram identificados); 33 policiais militares; 12 guardas de segurança; 8 militares do Exército; 3 agentes da Polícia Federal; 3 mateiros do Araguaia; 2 militares da Marinha; 2 militares da Aeronáutica; 1 major do Exército da Alemanha; 1 capitão do Exército dos Estados Unidos; 1 marinheiro da Marinha Real da Inglaterra.

A mídia fala sempre em “anos de chumbo”, luta sangrenta, noticiando inclusive que, só no cemitério de Perus, em São Paulo, existiriam milhares de ossadas de desaparecidos políticos. No entanto, o Grupo Tortura Nunca Mais reclama apenas um total de 284 mortos e desaparecidos que integravam as organizações terroristas. Portanto, o Brasil, com toda a sua população e com todo o seu tamanho, teve, na luta armada que durou aproximadamente 10 anos, ao todo 404 mortos.

Na Argentina as mortes ultrapassaram 30.000 pessoas; no Chile foram mais de 4.000 e no Uruguai outras 3.000. A Colômbia, que resolveu não endurecer o seu regime democrático, luta até hoje contra o terrorismo. Ela já perdeu mais de 45.000 pessoas e tem 1/3 do seu território dominado pelas FARC.

Os comunistas brasileiros são tão capazes quanto os seus irmãos latinos. Por que essa disparidade?

Porque, no Brasil, dotamos o País de leis que permitiram atuar contra o terrorismo e, também, porque centralizamos, nas Forças Armadas, o combate à luta armada. Fomos eficientes e isso tem que ser reconhecido. Com a nossa ação, impedimos que milhares de pessoas morressem e que esta luta se prorrogasse, como no Peru e na Colômbia.

No entanto, algumas pessoas que jamais viram um terrorista, mesmo de longe ou preso, que jamais arriscaram as suas vidas, nem as de suas famílias, criticam nosso trabalho. O mesmo grupo, que só conheceu a luta armada por documentos lidos em salas atapetadas e climatizadas, afirma que a maneira como trabalhamos foi um erro, pois a vitória poderia ser alcançada de outras formas.

Já se declarou, inclusive, que: “a ação militar naquele período não foi institucional. Alguns militares participaram, não as Forças Armadas. Foi uma ação paralela”.

Alguns também nos condenam afirmando que, como os chefes daquela época não estavam acostumados com esse tipo de guerra irregular, não possuíam nenhuma experiência. Assim, nossos chefes, no lugar de nos darem ordens, estavam aprendendo conosco, que estávamos envolvidos no combate. Segundo eles, nós nos aproveitávamos dessa situação para conduzir as ações do nosso modo e que, no afã da vitória, exorbitávamos.

Mas as coisas não se passavam assim. Nós, que fomos mandados para a frente de combate nos DOI, assim como os generais que nos chefiavam, também não tínhamos experiência nenhuma. Tudo o que os DOI faziam ou deixavam de fazer era do conhecimento dos seus chefes. Os erros existiram, devido à nossa inexperiência, mas os nossos chefes eram tão responsáveis quanto nós.

Acontece que o nosso Exército, há muito tempo não era empregado em ação. Estava desacostumado com a conduta do combate, onde as pessoas em operações têm que tomar decisões, e decisões rápidas, porque a vida de seus subordinados ou a vida de algum cidadão pode estar em perigo.

Sempre procurei comandar, liderando os meus subordinados. Comandei com firmeza e com humanidade, não deixando que excessos fossem cometidos. Procurei respeitar os direitos humanos, mas sempre respeitando, em primeiro lugar, os direitos humanos das vítimas e, depois, os dos bandidos. Como escrevi em meu livro “Rompendo o Silêncio”, terrorismo não se combate com flores. A nossa maneira de agir mostrou que estávamos certos, porque evitou o sacrifício de milhares de vítimas, como aconteceu com

os nossos vizinhos. Só quem estava lá, frente a frente com os terroristas, dia e noite, de arma na mão, pode julgar-nos.

Finalmente, quero-lhes afirmar que a nossa luta foi para preservar a democracia. Se o regime implantado pela Contra-Revolução durou mais tempo do que se esperava, isso se deve, principalmente, aos atos insanos dos terroristas. Creio que, em parte, esse longo período de exceção deveu-se ao fato de que era preciso manter a ordem no País.

Se não tivéssemos vencido a luta armada, hoje estaríamos vivendo sob o tacão de um ditador vitalício como Fidel Castro, e milhares de brasileiros teriam sido fuzilados no “paredón” (em Miami, em fevereiro, foi inaugurado por exilados cubanos, um Memorial para as 30.000 vítimas da ditadura de Fidel Castro).

Hoje, graças à nossa vitória na luta armada, temos, no poder, muitas pessoas que combatemos e que lá chegaram pelo voto popular.

Tínhamos esperança de que elas esquecessem os seus propósitos de 40 anos passados. Não foi o que aconteceu.

Infelizmente, acreditamos que não viveríamos o revanchismo que eles, com denodo, estão impondo. A tal Comissão da Verdade, com o apoio dos políticos, está aí e não nos deixa mentir.

Como tem acontecido nos processos que estão movendo contra nós nas Varas Cíveis, as provas materiais colhidas na época da luta armada, os Inquéritos Policiais feitos pelo DOPS, os laudos dos Institutos Médicos Legais, a aprovação do Inquéritos Policiais pela Justiça Militar, as provas testemunhais obtidas, tudo devidamente arquivado no Superior Tribunal Militar, não tem valor algum. São desconsiderados porque “foram forjados pela *ditadura*”.

Agora, o que tem valor é o depoimento de cinco ou seis militantes que, depois de combinarem o que vão falar, para nos acusar de torturadores, mentem juntos, até a exaustão, perante os juízes destas Varas Cíveis. E, no final, somos condenados por tortura,

O mesmo acontecerá com o relatório da Comissão da Verdade.

#### **Observações**

- 1) O autor, um dos brasileiros heróicos que combateram os terroristas que queriam implantar uma ditadura comunista no Brasil, é Coronel do Exército, foi Comandante do DOI/CODI do II Exército, Instrutor Chefe do Curso de Operações da Escola Nacional de Informações e Chefe da Seção de Operações do CI, e é autor dos livros “Rompendo o Silêncio” e “A Verdade Sufocada”;**
- 2) As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores e não representam, necessariamente, o pensamento da Academia Brasileira de Defesa.**